

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: RETROSPECÇÃO DOS PRINCIPAIS FATOS

Cirleide Ribeiro dos Santos (1)

*(Professora efetiva da Secretaria Municipal de Educação e Lazer (SEMEL) em São Raimundo Nonato-PI/
Licenciatura Plena em História - UESP. / Especialista em Geo-História (ISEPRO) – Instituto de Educação
Superior Programus. E-mail cir.lei.di.nha@hotmail.com)*

RESUMO: A Educação, independente do país, passou e passa por inúmeras transformações, estas, guiam-na para direções melhores ou piores, dependendo do período histórico em que se encontra. O Brasil, desde sua colonização tem passado por diversas mudanças, principalmente quando se discute sobre a educação, pois, desde a colonização do país por Portugal, a educação brasileira vem seguindo por variadas direções. O presente artigo tem o intuito, através de levantamento bibliográfico, discutir as principais mudanças ocorridas no âmbito da educação brasileira. Tendo conhecimento da grande quantidade de períodos educacionais ao qual o país passou, decidiu-se usar como princípio, as mudanças ocorridas a partir do Período Republicano. Como resultado, percebeu-se que a educação brasileira, a princípio era voltada para a “elite” da sociedade, desse modo, os povos mais humildes careciam de educação. Somente com o surgimento da Escola Nova, que lutava em prol da igualdade na educação, houve algumas mudanças. No entanto, com o advento do Regime Militar a educação regrediu, voltando a expandir-se a partir dos anos 80, desenvolvendo-se daí em diante. Hoje, com o advento da democracia e das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a educação vem progredindo, em passos curtos, porém importantes, preparando os discentes para formação social, valorização das diferenças e rompimentos de paradigmas antes intransponíveis.

Palavras-Chave: Educação. Período Republicano. Escola Nova. Regime Militar. LDB.

1- INTRODUÇÃO

Falar de educação é algo corriqueiro, no entanto, discutir sobre educação é um desafio de amplas proporções. Isso acontece devido inúmeros pensamentos e opiniões divergentes. Por um lado, pessoas voltadas para a educação tradicional, behaviorista, onde o professor é o centro da educação e sua palavra é a lei, por outro lado, existem, os que defendem a educação atual, construtivista, onde professor, pais e alunos trabalham em conjunto em prol da “educação de qualidade”. Mas o que é educação? Quais caminhos foram percorridos no âmbito brasileiro para que se chegasse ao atual paradigma? As mudanças realizadas provocaram alterações na sociedade?

Martins (2004) explana sobre as influencias do conceito de educação:

o conceito de educação sofreu influência do nativismo e do empirismo. O primeiro era entendido como o desenvolvimento das potencialidades interiores do homem, cabendo ao educador apenas exterioriza-las, e o segundo era o conhecimento que o homem adquiria através da experiência. (MARTINS, 2004, p. 13)

Portanto, a educação encontra-se enraizada no nosso interior, esta, ao receber estímulos, seja dos professores, pais, e relações sociais, começa a progredir, aumentando as potencialidades e desenvolvendo-se com o tempo. Desse modo, como afirma Vianna (2006, p. 03), A educação, em sentido amplo, representa tudo aquilo que pode ser feito para desenvolver o ser humano e, no sentido estrito, representa a instrução e o desenvolvimento de competências e habilidades. Assim, a educação transforma o ser humano, provocando mudanças internas e, conseqüentemente, mudanças na vida e sociedade. Como afirma Teixeira (1968):

À medida que formos mais livres, que abrangermos em nosso coração e em nossa inteligência mais coisas, que ganharmos critérios mais finos de compreensão, nessa medida nos sentiremos maiores e mais felizes. A finalidade da educação se confunde com a finalidade da vida. No fundo de todo este estudo paira a convicção de que a vida é boa e que pode ser tornada melhor. É essa a filosofia que nos ensina o momento que vivemos. Educação é o processo de assegurar a continuidade do lado bom da vida e de enriquecê-lo, alargá-lo e ampliá-lo cada vez mais. (TEIXEIRA, 1968).

Desse modo, compreende-se o quanto a educação é essencial para a transformação do ser humano e da sociedade ao qual faz parte. Mas, quanto a educação no Brasil? Como surgiu e desenvolveu-se ao longo dos anos?

Sabe-se que a educação “formal” no Brasil iniciou-se a partir da chegada dos Portugueses no século XV. Estes buscavam a colonização de novas terras, no intuito de expandir seus territórios. Quando chegaram ao Brasil, depararam-se com os indígenas, ao mesmo tempo em que perceberam a inexistência de uma educação formal naquele povo, pois, como explica Stamatto (2012), na sociedade indígena, antes da chegada dos portugueses em terras tupiniquins, a educação processava-se de forma informal, geralmente com tarefas femininas e masculinas bem definidas.

Desse modo, ao analisar as palavras do autor, percebe-se que a chegada dos portugueses influenciaria a cultural do Brasil de forma abrangente, mas, foi somente no final da primeira metade do século XVI, com a vinda dos Padres Jesuítas, que se iniciou a educação brasileira (AZEVEDO, 1964). Os padres jesuítas trouxeram para o Brasil, o ensino religioso, a moral e o mais importante, os métodos pedagógicos europeus. Assim, desde a chegada dos portugueses e com o passar dos tempos, a educação brasileira passa e passou por diversas modificações, desde o período mais conhecido, Período Jesuítico, até a contemporaneidade.

Sabe-se que a história da educação no Brasil é deveras abrangente, no entanto, o presente artigo tem o intuito, através de análise bibliográfica, de realizar um retrospecto da História da Educação Brasileira a partir do Período Republicano, até os dias atuais,

destacando os principais fatos. É importante ressaltar que diversos fatos importantes serão sumariamente apresentados e alguns podem ser omitidos. Trata-se de um risco que pode acontecer através desse tipo de investida ao qual se propõe realizar.

2- METODOLOGIA

A abordagem utilizada no presente trabalho remete-se a pesquisa bibliográfica, pois através desse tipo de enfoque, pretende-se chamar à atenção para as exigências que a escolha por esse tipo de procedimento apresenta ao pesquisador à medida que este constrói a busca por soluções ao objeto de estudo proposto (LIMA & MIOTO, 2007, p. 2).

Desse modo, o estudo foi pautado no tema norteador: **A história da Educação no Brasil: Retrospecção dos Principais Fatos**. Como forma de validar o rigor das informações aqui prestadas, o embasamento teórico, fez um recorte de diversos autores e estudiosos que, em seus trabalhos, discutem sobre o presente tema. Os artigos pesquisados foram encontrados em revistas digitais, artigos publicados em periódicos, Teses de Mestrado, assim como, trabalhos voltados para essa realidade.

3- REFERENCIAL TEÓRICO

Sabe-se que a implantação da República no Brasil, aconteceu em 1889. Antes disso, o Sistema Educacional era comandado pelo governo Imperial. Mas, foi a partir da implantação da República que a educação no Brasil, alcançou um status de redentora da nação, e as discussões em torno da organização de um sistema público escolar passaram a fazer parte das preocupações de diversos setores da sociedade, conforme explica Veiga (2007):

No período republicano, entre os anos de 1889 e 1971, pode-se identificar quatro movimentos representativos da história da educação brasileira. O primeiro deles diz respeito à organização administrativa, o segundo às reformas para definir uma estrutura educacional, no terceiro momento tem-se os debates teóricos entre os educadores e, por último, os debates políticos sobre a escola pública (VEIGA, 2007).

Percebe-se, a partir das palavras do autor, diversas mudanças nas leis que regem a educação do Brasil, com o surgimento de novas propostas pedagógicas, discussão voltadas para as modalidades educacionais e suas eventuais divisões, assim como, educação nas escolas públicas.

No entanto, a partir de 1920 percebeu-se um lento crescimento em relação as questões educacionais. Pairou entre os pensadores de diversas áreas a visão de que a sociedade

brasileira estava imersa na inércia e, conseqüentemente, na improdutividade da população. “Regenerar as populações brasileiras, núcleo da nacionalidade, tornando-as saudáveis, disciplinadas e produtivas, eis o que se esperava da educação” (CARVALHO, 2003, p. 14).

O pensamento de Carvalho é compartilhado por Piana (2009), onde a preocupação com a ampliação da escola primária, na década de 1920, foi o ponto principal das reflexões e das discussões dos educadores e políticos, desse modo, a fundação da Associação Brasileira de Educação, em 1924, e o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, são exemplos de propostas voltadas para educação escolar para o Brasil daquele período e das décadas seguintes.

Sobre o movimento dos pioneiros, Bedin, (2011), explica o seguinte:

Os pioneiros tinham na escola Nova o modelo ideal de educação para o país, viam nos moldes americanos bons exemplos de sucessos no âmbito da educação. Além disso, defendiam a escola única, gratuita e leiga. Teciam críticas ferozes quanto aos modelos de ensino anteriores, e consideravam-se detentores das soluções educacionais que o Brasil necessitava. (BEDIN, 2011, p. 37).

Dessa forma, a escolanovista promulgava uma educação que percebesse diversos problemas educacionais, como o analfabetismo, gratuidade do ensino, e desenvolvimento de novas práticas educativas. Sobre as propostas da Escola Nova, Ribeiro (1993), enfatiza o seguinte:

Como solução para os problemas do país, apelam para o humanismo científico-tecnológico, ou seja, convivência harmoniosa do homem com a máquina, criando-se condições para que os indivíduos convivam com a tecnologia e a ciência, fazendo-os entender que tudo isto está a serviço e disponibilidade do homem. (RIBEIRO, 1993, p. 6).

É importante relatar que, assim como a Escola Nova estava voltada para a educação da classe menos favorecida, existia o pensamento conservador católico, que em oposição a Escola Nova, era ligada diretamente a burguesia, com isto provocou-se o embate ente estes dois pensamentos, como expõe Camilo (2013):

A defesa da Educação pública, gratuita e laica ganhou força no país em 1932, com o Manifesto dos Pioneiros da Educação combatiam a escola restrita à elite e ligada à religião. Os anseios se justificavam. Afinal, em 1920 o analfabetismo atingia 80%.

No mesmo ano, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública. Embora influenciado pelo manifesto, o novo ministro era católico e antiliberal. Assim, colaborou para o retorno do Ensino Religioso ao currículo. Além da presença na escola pública, a religião exercia influência no ensino privado, pois as igrejas, principalmente a católica, eram proprietárias de muitas instituições e recebiam subvenção do governo. (CAMILO, 2013, p.1).

Nesse ponto, percebe-se a grande porcentagem de analfabetos e como a chamada “elite”, envolvida com a religião, impunham o império da educação. Esse panorama precisava ser mudado. Mas, ainda havia um longo caminho para essa mudança. No período do Estado

Novo, como o modelo educacional ainda não estava completamente firmado, e a ascensão das indústrias e grandes corporações tornaram-se evidentes, surgiu a necessidade de mão de obra, nesse ponto, a educação sofreu uma estagnada, sendo voltada para as questões tecnicistas. Assim, Romanelli (1985), destaca:

Uma nova regulamentação do ensino só foi efetivada a partir de 1942, ano em que aconteceu a reforma que ficou conhecida por Reforma Capanema – Gustavo Capanema ocupou a cadeira do Ministério da Educação entre 1934 e 1945 –, que reformou o ensino comercial, estruturou o ensino industrial e criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI –, e também promoveu mudanças no ensino secundário. Portanto, por iniciativa do Ministro Gustavo Capema, em 1942 houve a reformulação de algumas seções do ensino, que recebeu o nome de Leis Orgânicas do Ensino, a educação no Estado Novo configurou-se por meio de decretos (ROMANELLI, 1985).

Após o Estado Novo, surgiu período denominado de Populismo, também chamado de República Nova, nele, houve a regulamentação do ensino primário e o ensino normal, além de criar o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

Somente no ano de 1948, teve início discussões que travavam da formação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases Educacionais, no entanto, apenas no governo de Joao Goulart, foi promulgada a Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, desse modo, a educação teve um grande avanço, pois agora Estados e Municípios tinham competências e liberdades nas questões educacionais. No entanto, mesmo com essa vitória, em 1964, correu o chamado Regime Militar, o que acabaria por provocar sérias mudanças nas questões educacionais.

Sobre o Período Militar, David et al (2014) explana:

Durante o Regime Militar a educação, em sua função máxima de possibilitar o desenvolvimento do raciocínio e, conseqüentemente, da livre expressão e defesa de ideias, foi cerceada, reprimida. Por meio de leis e atitudes arbitrarias os dirigentes da União, durante esse regime, tentaram massificar o pensamento, o que, de certo modo, alcançou algum êxito. (DAVID et al, 2014, p. 13).

Nesse período, diversas manifestações artísticas e culturais foram proibidas, além de outros tipos de manifestações. Desse modo, houve uma regressão quanto há alguns fatores educacionais, assim, o foco pedagógico acabou perdendo espaço, o que abrangeu o aparecimento de pensadores mais voltados para a política do que para a pedagogia. Como discute Bello (2001):

As contendas sobre a educação, devido a uma maior participação de pensadores de diversas áreas, e não só os da educação, perderam o foco pedagógico e adquiriram atitude política. Ou seja, as abordagens já não eram restritas somente aos pontos referentes à didática, à escola, às relações pertinentes ao ambiente escolar etc., já que houve uma amplitude de aspectos discutidos devido à participação, nessas discussões, de pensadores de outras áreas do conhecimento, que estavam impedidos pelo regime militar de atuarem em suas funções. Assim, esses profissionais,

“distantes do conhecimento pedagógico, passaram a assumir postos na área da educação e a concretizar discursos em nome do saber pedagógico” (BELLO, 2001)

Como pode ser visto, a educação e liberdade de expressão passaram a ser guiadas de acordo com o Regime Militarista, assim, não somente professores lecionavam, eram substituídos por representantes militares. Nesse período não somente o discente sofre com as mudanças educacionais, até os professores sofreram, como explana Vicentini e Lugli (2009):

Não se pode deixar de mencionar os efeitos da ditadura militar (1964-1985) sobre a docência. Nesse período houve uma visível deterioração no sistema de ensino público, identificada pelo excessivo número de professores trabalhando em caráter precário (os antigos estagiários) para compensar a falta de profissionais efetivados. Os substitutos muitas vezes não tinham formação pedagógica [...] as relações pedagógicas se construíam de forma efêmera e pouco produtiva, impondo inegáveis dificuldades aos resultados do trabalho escolar. (VICENTINI E LUGLI, 2009, p. 222-223).

Entende-se que o período militar basicamente desconstruiu todos os ideais que haviam sido promulgados anteriormente, transformando a educação, os professores e difundindo o tecnicismo, impondo o autoritarismo à sociedade. Por volta dos Anos 80 o Regime Militar passou a perder força, dando espaço para a democratização no âmbito educacional, como explica Sousa et al (2016):

Após o fim da Ditadura Militar pensadores e pedagogos passaram a repensar a educação no país, era momento de estabelecer uma ‘educação para todos’, pensada para diminuir as taxas de analfabetismo, o número de evasão escolar, as repetências, o autoritarismo do docente e aumentar a participação do aluno. (SOUSA et al, 2016, p. 4).

Foi a partir desse momento que aspectos da Política Pública Nacional foram repensados, e a Educação teve maior repercussão nos três primeiros anos. Ao realizarem a 4ª Conferência Brasileira de Educação, os participantes da mesma concluíram o episódio com uma lista de pareceres, o qual abrangia a efetivação do direito de todos à educação formal e o dever do Estado de garanti-lo a todos os cidadãos. Conforme Ferreira (2014):

Em 5 de outubro de 1988, a nova Constituição Federal foi finalmente aprovada. Entre as principais conquistas, estava o reconhecimento da Educação como direito subjetivo de todos, uma evolução do que os escolanovistas haviam propagado durante a Era Vargas. A legislação tornou urgente a tomada de providências como a abertura de mais escolas e a formação de docentes, o que acarretou a necessidade de investimentos. Para isso, a lei indicava a aplicação na área de no mínimo 18% da receita dos impostos pela União e 25% pelos estados e municípios. (FERREIRA, 2014, P.1)

Com a promulgação da Nova Constituição Federal, diversas conquistas em prol da educação foram estabelecidas. Agora visava-se a formação de novos docentes e instituição de novas escolas, a gratuidade do ensino público, ensino fundamental obrigatório, atendimentos em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos, autonomia universitária, recursos públicos destinados às escolas, etc.

Já nos anos 1990, aconteceu a Conferência Sobre Educação Para Todos, realizada na Tailândia, tendo como principal eixo a ideia da “satisfação das necessidades básicas de aprendizagem”. No entanto, após análises, percebeu-se que o Brasil ainda apresentava uma ampla porcentagem de analfabetismo, como confirma Frigotto (2003):

O Brasil, como um signatário entre aqueles com maior taxa de analfabetismo do mundo, foi incitado a desenvolver ações para impulsionar as políticas educacionais ao longo da década, não apenas na escola, mas também na família, na comunidade, nos meios de comunicação, com o monitoramento de um fórum consultivo coordenado pela Unesco. FRIGOTTO (2003, p. 98)

Mais precisamente no final do ano de 1996, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96, art. 22. O estabelecimento da nova LDB trouxe várias regulamentações propostas para a educação visando a universalização do ensino, das avaliações externas dos conceitos de ensino e do piso salarial para professores buscando no menor período possível tornar o ensino democrático. Mas quais mudanças marcam a educação, conforme a LDB de 1996? Ferreira (2014) destaca os pontos principais:

A nova lei reforçou aspectos importantes da Constituição como a municipalização do Ensino Fundamental, estipulou a formação do docente em nível superior e colocou a Educação Infantil na posição de etapa inicial da Educação Básica. Para financiar os novos projetos, foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). O 1º e o 2º graus se tornaram Ensino Fundamental e Médio e a recomendação para os estudantes com necessidades especiais passou a ser a de que fossem atendidos preferencialmente na rede regular. (FERREIRA, 2014, p.2)

Percebe-se com esta Lei, a valorização dos docentes, principalmente quando relacionado ao Ensino Superior, mas sem dúvida alguma, uma das grandes conquistas, foi a valorização dos estudantes com necessidades especiais, isto é, sua inclusão na rede regular de ensino. Desse modo, a educação passou por diversas transformações e promulgação de diversas Leis em prol do ensino de qualidade. Mas, e a educação atual, a educação do século XXI, como está desenvolvendo-se? Bittar e Bittar (2012), respondem essa indagação:

Apesar de reformas e lutas em prol da educação, ainda temos tarefas que deveriam ter sido cumpridas no século XIX e, por isso, não haveria maior homenagem que o País pudesse prestar a Paulo Freire do que ter construído um sistema escolar público, de qualidade e que proporcionasse as mesmas oportunidades a todas as crianças e

jovens brasileiros. A democracia brasileira continuará carente de conteúdo social enquanto esse desafio não for cumprido. (BITTAR; BITTAR, 2012, p. 11),

Desse modo, após diversas lutas em prol da educação de qualidade, visa-se uma população voltada para o bem social, uma escola básica que cumpra a sua função de proporcionar aprendizagem, com a participação da comunidade e dos alunos, assim como, formação crítica, pois estes são requisitos indispensáveis para a participação na vida nacional, visando o bem comum, em prol de uma Nação Democrática.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação no Brasil, assim como no mundo, passou por grandes transformações desde a chegada dos portugueses, responsáveis pela introdução da educação propriamente dita em nossas terras. Desde esse período, a educação Nacional tem passado por mudanças constantes. Somente a partir da Proclamação da República em 1889, o Brasil passou a ter domínio sobre as leis que regiam a educação, antes comandadas pelos Imperialistas.

No entanto, mesmo liberto do domínio Português, a educação no Brasil ainda sofria graves problemas, e nem todos tinham acesso a ela, pois, somente famílias da elite tinham o capital para manter-se nos estudos. Quanto às famílias pobres, restava o analfabetismo. Nesse panorama percebeu-se a necessidade de mudanças educacionais, pois, por volta de 1920, a educação permanecia estagnada, ou seja, não progredia.

Nesse panorama, surgiu a preocupação com a ampliação da escola primária, e, poucos anos mais a frente um grupo conhecidos como os Pioneiros passou a buscar melhorias para a classe menos favorável, visando diminuir o analfabetismo, além de proporem a gratuidade do ensino, e desenvolvimento de novas práticas educativas. Contra os Pioneiros, estava o grupo das elites, ligados a religião. Essa batalha, entre elite e Escola Nova, perduraria por mais um grande tempo, o que manteria a educação praticamente estagnada.

A educação teve um grande sucesso, por volta de 1961, com a promulgação das Leis de Diretrizes e Bases da Educação, onde Estado e Município passavam a ter mais controle sobre as leis que regiam a educação. Esse período durou pouco tempo, pois nos anos seguintes, pairou um novo regime, o Regime Militar.

O Regime Militar foi um período de grande conturbação para a educação brasileira, provocando uma diminuição considerável no número de pedagogos e tornando a educação mais votada para o eixo político, reprimindo a liberdade de expressão. Apenas na década de 80, com a perda de força do Governo Militar, a educação finalmente poderia voltar ao seu

eixo natural. Mas, somente com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, houve mudanças significativas, pois o ensino público ganhou mais destaque e finalmente pessoas com necessidades especiais poderiam matricular-se no ensino regular. Essa foi uma grande vitória para a Democracia e para os direitos humanos, tornando realidade alguns dos sonhos da Escola Nova.

Hoje a educação continua progredindo, os profissionais de educação garantiram alguns direitos, a relação família e escola estão cada vez mais interligadas, além das novas evoluções tecnológicas que começam a guiar a aprendizagem daqui em diante.

O Presente trabalho buscou enfatizar os principais acontecimentos que envolvem a evolução da Educação Brasileira. Observou-se, que esta, passou por diversas mudanças no decorrer do tempo, sofrendo alterações que a desenvolveram, assim como, mudanças que a regrediram. Por um longo período apenas famílias da elite possuíam a garantia do estudo, o que só começou a mudar com a inserção da Escola Nova, que lutou para que os direitos iguais comessem a acontecer, provocando uma propulsão no ensino aprendizagem e na garantia de estudo para todas as classes.

A educação ainda passou por outros períodos que a fizeram regredir, principalmente no Período da Ditadura Militar. Hoje com o ideal democrático, a educação continua evoluindo, principalmente com o surgimento das novas tecnologias, que utilizadas de forma correta, auxiliam a formação cidadã, que é um direito de todos. A evolução educativa vem promovendo a formação social e formando os alunos para a vida, tornando-os pessoas conscientes de seus deveres e direitos e mais voltados para a construção de uma sociedade justa. A educação tem muito para mudar, e, certamente está no caminho certo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964. Obras completas v. 13.

BEDIN, Brigitte. **Os pioneiros da escola nova, manifestos de 1932 e 1959: Semelhanças, Divergências e Contribuições**. Dissertação (Mestrado) -Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BELLO, José Luiz de Paiva. **Educação no Brasil: a História das rupturas**. In: Pedagogia em Foco. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em:

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. **História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade**. Maringá, v. 34, n. 2, p. 157-168, July-Dec., 2012

CAMILO, Camila. **Era Vargas: Profusão de ideias. Serie especial história da Educação no Brasil.** Publicado em revista Nova Escola, ed. 266, 2013.

CARVALHO, Marta M.C. **A escola e a República e outros ensaios.** Bragança Paulista: EDUSF, 2003, pp. 13-66.

DAVID, Ellen Adriana; MELO, Gislene; SOARES, Magda; MOIANA, Murilo. **Aspectos Da Evolução Da Educação Brasileira.** Revista Eletrônica De Educação Da Faculdade Araguaia, 5: 184-200, 2014.

FERREIRA, Ana Rachel. **Educação pós-ditadura: qualidade para todos.** Série especial história da educação no brasil. Publicado em revista Nova Escola, ed. 268, 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. **Educação Básica no Brasil na Década de 1990: Subordinação Ativa e Consentida à Lógica do Mercado.** São Paulo: Unicamp, 2003.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica.** Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007.

MARTINS, Rosilene Maria Sólton Fernandes. **Direito á Educação: aspectos legais e constitucionais.** Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **História da educação escolar no brasil: Notas para uma reflexão.** Paidéia, FFCLRP – USP, Rib. Preto, 4, fev/jul, 1993.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973).** Vozes, Petrópolis, 1978.

SOUSA, Mayara Viviane Silva de; QUEIROZ, Lavínia Maria Silva; NÓBREGA, Dr. Alessandro Teixeira. **As Adversidades Da Educação Na Ditadura Militar Brasileira e a Erupção Do Pensamento Crítico.** VIII Fipede- Forum internacional de Pedagogia, 2016.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. **Um olhar na história: a mulher na escola (Brasil: 1549 –1910).** Programa de pós-graduação em educação – UFRN. 2012.

TEIXEIRA, Anísio. **Pequena introdução à filosofia da educação: a escola progressiva ou a transformação da escola.** 5.ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1968.

VEIGA, Cynthia Greive. **República e Educação no Brasil.** IN: VEIGA, Cynthia Greive. História da Educação. São Paulo: Editora Ática, 2007, pp. 237-268.

VIANNA, Carlos Eduardo Souza. **Evolução histórica do conceito de educação e os objetivos constitucionais da educação brasileira.** janus, lorena, ano 3, nº 4, 2º semestre de 2006.



VICENTINI, Paula Perin, LUGLI Rosário Genta. **História da Profissão Docente no Brasil: Representações em Disputa**. Cortez Editora, 2009.